

Senado adia votação de PLs sobre preço de combustível

« ICMS » Pacheco anunciou que os dois projetos relacionados ao preço de combustíveis, que seriam votados ontem, serão pautados na terça (22)

Brasília (AE) - O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou que os dois projetos relacionados ao preço de combustíveis serão pautados na próxima terça-feira (22). A votação estava marcada inicialmente para esta quarta-feira (16), mas foi adiada pela falta de acordo entre Senado, Câmara dos Deputados e equipe econômica.

O pacote inclui a criação de uma conta de estabilização de preços, a alteração do modelo de cobrança do ICMS, mas com liberdade para cada governador definir a alíquota, e a ampliação do vale-gás a famílias carentes.

Líderes do Senado avaliam abrir mão da criação de um imposto sobre exportação de petróleo e do uso de reservas cambiais para amenizar o preço dos combustíveis no País, propostas que estão incluídas nos projetos. Por outro lado, há tentativas de ampliar ainda mais os subsídios. Além da abertura de novos gastos, o Ministério da Economia é contra a conta de estabilização, medida defendida pelo Senado e por governadores.

O Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) se posicionou contra o projeto que altera a cobrança do ICMS sobre os combustíveis em pauta no Senado, mesmo após a desidratação da versão aprovada na Câmara.

De acordo com Pacheco, o governo ainda deve tentar incluir a autorização para redução de impostos federais sobre o diesel no mesmo projeto do ICMS.

O Ministério da Economia ainda avalia os impactos da medida. Um dos impasses é qual será a medida de compensação de perda na arrecadação. Outra dúvida é se a legislação proíbe a desoneração em ano eleitoral, tema de consulta do Executivo ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Mais cedo, o relator das propostas, senador Jean Paul Prates (PT-RN), anunciou o adiamento da votação, após reunião com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

"O processo legislativo demanda cautela e diálogo, e estamos avançando em busca de um entendimento que permita tramitação veloz na Câmara dos De-



Senado votará criação de um fundo de estabilização de preços e alteração na cobrança do ICMS

putados do texto que for aprovado no Senado. Ao mesmo tempo, vamos ouvir mais pessoas, buscando a solução que priorize os mais pobres", disse o relator em nota.

Os projetos são o PL 1.472/2021, que cria um fundo para estabilização dos preços de derivados de petróleo, e o PLP 11/2020, que estipula a cobrança única do ICMS sobre combustíveis. Ambos já têm relatórios favoráveis de Jean Paul, na forma de substitutivos. O senador estendeu, na terça-feira (15), a monofasia do tributo - quando a carga tributária é cobrada uma única vez, sem efeito cascata - para a gasolina. Inicialmente, ele previa essa possibilidade apenas para o diesel e o biodiesel.

O PL 1.472/2021 também cria um imposto sobre a exportação de petróleo bruto, cuja arrecadação seria usada para o programa de estabilização de preços. Já o PLP 11/2020 - que saiu da Câmara e terá de voltar à análise dos deputados caso seja aprovado como substitutivo - originalmente previa alíquotas específicas para o ICMS sobre combustíveis, a serem aplicadas no fim da cadeia, mas agora determina um valor fixo a ser cobrado por litro na refinaria ou na importação.

No comunicado sobre o adiamento, Jean Paul reforçou as críticas sobre a atual política de preços da Petrobras, que deixa o custo dos combustíveis suscetível às flutuações de mercado. O PL 1.472/2021 altera essa política ao estabelecer um sistema de faixas de preços.

"Estamos nessa atual conjuntura em decorrência de uma má decisão política de governo: a de atrelar os custos da nossa matriz de combustíveis ao dólar - prejudicando muitos para enriquecer poucos. A revisão do PPI [preço de paridade de importação] e do papel da Petrobras é um imperativo", disse em nota.

Comsefaz

Em carta contrária à aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 11/2020 pelo Senado, os 27 secretários estaduais de Fazenda, que integram o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda (Comsefaz), consideram que o projeto é inconstitucional e não teria o efeito prometido de reduzir o custo dos combustíveis.

O Comsefaz lembra que o texto aprovado pela Câmara em outubro do ano passado já retirava R\$ 32 bilhões de arrecadação dos governos regionais. Os secretários avaliam ainda que a unificação de alíquota nos moldes do novo texto apresentado na terça "acarretaria fatalmente em aumento de carga tributária".

"Considerando diversas as realidades regionais, os Estados com as menores cargas tributárias precisariam elevar suas incidências até o patamar que garanta a arrecadação dos estados com maiores cargas tributárias, para se chegar a uma alíquota cuja geração de recursos fosse de tamanho percentual uniforme em todo território nacional", argumenta o Comsefaz.

Mais uma vez, o colegiado alega que a crise do custo dos combustíveis no Brasil não é causada pelo tributo estadual, mas sim pela Política de Paridade às Importações (PPI) praticada pela Petrobras desde 2016.

"As alterações sugeridas pelo PLP 11/2020, além de inconstitucionais e de não reduzirem os preços de combustíveis, serão custosas para as vidas dos cidadãos em situação de maior vulnerabilidade econômica, aqueles que mais serão afetados com o avultado corte de recursos de serviços públicos", completam os secretários estaduais.

Ao mesmo tempo, o Comsefaz declara apoio ao projeto, o PL 1.472/2021, que cria um fundo de estabilização para os preços dos combustíveis. Também relatada por Prates, essa proposta conta com uma enorme resistência da equipe econômica do governo federal, que a considera muito cara e com pouco efeito prático nas bombas.

"É fundamental não dar andamento a questões tributárias isoladas para que não prejudique o equilíbrio fiscal dos entes federados. Estes temas precisam ser tratados na sua totalidade, via Reforma Tributária Ampla, conforme apresentados na PEC 110, à qual os Estados manifestaram publicamente o seu apoio. Pretender alterar um imposto que será aposentado pela reforma em tramitação, não transmite a melhor confiança necessária às qualidades que este projeto reivindica", conclui o Comsefaz.

« DINHEIRO »

Herdeiros podem consultar valores a receber no BC

Banco Central ainda divulgará informações sobre procedimentos de saque por terceiros

Herdeiros também poderão consultar valores de "dinheiro esquecido" em contas bancárias vinculadas ao CPF ou CNPJ de pessoas falecidas. Para tanto, basta usar o site que o Banco Central (BC) disponibilizou para este objetivo, o Sistema de Valores a Receber (SVR). Tutores, representantes legais e outros também poderão fazer a consulta de terceiros, como menores de idade.

Para o estágio da consulta, não é necessário login, apenas com o documento e a data de nascimento já é possível verificar se existe alguma quantia para receber. O BC ainda não tem definido o procedimento sobre como o saque será realizado - será, por exemplo, necessária apresentação de inventário ou algo semelhante.

"O Banco Central divulgará, em breve, informações sobre procedimentos adicionais a serem adotados por terceiros legalmente autorizados (procurador, tutor, curador, herdeiro, inventariante ou responsável por menor não emancipado)", informou a autarquia.

O serviço do "dinheiro esquecido" está disponibilizado pelo BC desde segunda-feira (14), e serve para as pessoas consultarem se possuem alguma quantia "esquecida"

em contas bancárias. O SVR foi criado exclusivamente para este fim após alta demanda de tráfego no sistema de Registro do BC.

Até as 18h desta quarta-feira (16), segundo divulgou o Banco Central, foram feitas 86,997 milhões de buscas por CPFs e CNPJs na plataforma. Deste total, 85,312 milhões referem-se a pessoas físicas e 1,684 milhão a pessoas jurídicas. De acordo com os dados divulgados pelo BC, 17,531 milhões de cidadãos têm saldos em contas antigas e 241,521 mil empresas verificaram a existência de valores a serem recuperados.

Os valores a receber serão conhecidos apenas no momento do resgate, que foi escalonado em três grupos para evitar uma corrida bancária. A estimativa do Banco Central é de haja um total de R\$ 8 bilhões a serem recuperados, dos quais R\$ 3,9 bilhões devem ser liberados nesta etapa - para mais de 28 milhões de cidadãos e empresas.

Para saber quanto receberá de volta, será necessário estar cadastrado na plataforma Gov.br do governo federal, com um nível de acesso prático ou outro - que demandam mais autenticações, como reconhecimento facial e autorização via aplicativo do banco. A divisão de agendamentos foi feita de acordo com o ano de nascimento ou de criação da empresa. Quem não estiver apto agora poderá tentar novamente a partir de 2 de maio, quando uma nova fase será aberta na plataforma, incluindo mais "saldos esquecidos".

PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

Duarte Usina de Reciclagem de RCC Eireli, 33.173.607/0001-22, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - Idema a renovação da licença simplificada para a unidade industrial de destinação e reciclagem de resíduos sólidos da construção civil, localizada na Rua São Sebastião, 05, Zona Rural - São José de Mipibu.
Alexandre Mendes Duarte - sócio Diretor



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/RN AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2022

O Pregoeiro do Município de Santa Cruz/RN, devidamente nomeado através da Portaria nº 002/2022, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2022", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", instaurada visando o Registro de Preços para locação de equipamentos tipos (Trator de Esteira, Pá Carregadeira, Motoniveladora - Patrol, caminhão basculante e caminhão toco) conforme projeto básico e memorial descritivo, para apoio nos diversos serviços do Município de Santa Cruz/RN, conforme descrito no Edital e seus Anexos, devendo serem observadas as seguintes disposições: ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 04 de março de 2022, às 09h00min. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h10min do Dia 04 de março de 2022. LOCAL/SITE: www.portaldecompraspublicas.com.br. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF. O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no site: www.portaldecompraspublicas.com.br ou através do e-mail: licitacoes@santacruz.rn.gov.br, de segunda a sexta-feira.

Santa Cruz/RN, 17 de Fevereiro de 2022
José Jailson Pereira
Pregoeiro Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/RN AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2022

O Pregoeiro do Município de Santa Cruz/RN, devidamente nomeado através da Portaria nº 002/2022, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2022", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", instaurada visando o Registro de Preços objetivando a contratação dos serviços eletromecânicos automotivos de forma parcelada, destinada a frota de veículos e equipamentos do Município de Santa Cruz/RN, conforme descrito no Edital e seus Anexos, devendo serem observadas as seguintes disposições: ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 07 de março de 2022, às 08h30min. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 08h40min do Dia 07 de março de 2022. LOCAL/SITE: www.portaldecompraspublicas.com.br. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF. O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no site: www.portaldecompraspublicas.com.br ou através do e-mail: licitacoes@santacruz.rn.gov.br, de segunda a sexta-feira.

Santa Cruz/RN, 17 de Fevereiro de 2022
José Jailson Pereira
Pregoeiro Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/RN AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2022

O Pregoeiro do Município de Santa Cruz/RN, devidamente nomeado através da Portaria nº 002/2022, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2022", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", instaurada visando o Registro de Preços para aquisição de material e utensílios de limpeza para atendimento das necessidades das diversas Secretarias, órgãos e setores produtivos da Administração Municipal, conforme descrito no Edital e seus Anexos, devendo serem observadas as seguintes disposições: ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 07 de março de 2022, às 10h00min. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 10h10min do Dia 07 de março de 2022. LOCAL/SITE: www.portaldecompraspublicas.com.br. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF. O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no site: www.portaldecompraspublicas.com.br ou através do e-mail: licitacoes@santacruz.rn.gov.br, de segunda a sexta-feira.

Santa Cruz/RN, 17 de Fevereiro de 2022
José Jailson Pereira
Pregoeiro Municipal

Novo empreendimento eólico no RN terá investimento de R\$ 2,3 bi

« ENERGIA » Conjunto Eólico Santo Agostinho, que começou a ser montado em Lajes e Pedro Avelino, começa a operar este ano. Estrutura possui 70 aerogeradores e capacidade para 434 MW

Mais um megaempreendimento na área de energia limpa, com investimentos de R\$ 2,3 bilhões, começa a operar no Rio Grande do Norte este ano. É o Conjunto Eólico Santo Agostinho que está sendo montado nos municípios de Lajes e Pedro Avelino, com capacidade para 434 Megawatts. O cronograma do projeto e os planos de investimentos da empresa - a Engie Energia - foram apresentados nesta quarta-feira (16), à governadora Fátima Bezerra.

No Santo Agostinho serão 70 aerogeradores com altura de 170 metros e capacidade para produzir 6,2 MWh por unidade, três vezes mais que os equipamentos usados atualmente. Os investimentos futuros da empresa pre-

vistas para os próximos cinco anos no RN somam R\$ 6,5 bilhões.

A Engie se instalou no RN em 2017. Ela tem dois empreendimentos fotovoltaicos em funcionamento, o Assu V, que produz 30 MW, e o Floresta, em Areia Branca, de 101 MW. Os empreendimentos futuros são os parques solares Assu Sol; Assu I, II, III e IV e o Santo Agostinho Solar, segundo informaram Márcio Neves, diretor de operação; e Giuliano Pasquali, gerente de Projetos da empresa. Pelo cronograma apresentado à governadora, o primeiro aerogerador entra em operação em setembro deste ano, chegando a 14 até o final do ano.

"Nossa empresa tem como característica os investimentos de longo prazo, a responsabilidade

de social, as parcerias com Estados e os municípios", informou o presidente da Engie Brasil, Eduardo Sattamini, que acompanhou a reunião de forma virtual.

A Engie é a maior empresa privada de energia do Brasil, atuando em geração, comercialização e transmissão de energia elétrica, transporte de gás e soluções energéticas. É detentora da mais extensa malha de transporte de gás natural do país, com 4.500 quilômetros, que atravessam 10 estados e 191 municípios, graças à aquisição da TAG, concluída em 2020.

A matriz elétrica do RN é composta por 87% de fontes limpas e renováveis. Das sete fontes de geração de energia comercializadas no Brasil, o Rio Grande do Norte

possui cinco. São 443 empreendimentos de geração de energia movidos por fonte eólica, solar, hídrica, biomassa e gás natural.

No setor eólico, o Estado é líder nacional com 213 usinas em operação que totalizam 6,5 GW de potência instalada e mais de 2.400 turbinas em funcionamento. Além disso, estão em fase de construção 44 novos parques com potência total de 1,4 GW.

O município de Serra do Mel detém 17% da potência instalada, maior polo de geração do Rio Grande do Norte. O segundo do ranking é João Câmara com 13% e em terceiro lugar, Parazinho com 11%. O RN possui sete projetos de parques eólicos offshore (no mar) em processo de licenciamento junto ao Ibama.